



ISOMORFISMO INSTITUCIONAL NA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Lieges Caroline Sehn
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
liegescaroline@hotmail.com

Diego Grahl de Santi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
diegograhlsanti@gmail.com

Aládio Zanchet, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Aladio.unioeste@gmail.com

RESUMO

O estudo buscou identificar quais informações ambientais evidenciadas de forma voluntária pelas cooperativas agroindustriais apresentam características isomórficas em relação às informações evidenciadas pelas empresas agroindustriais privadas de grande porte, utilizando-se da ótica do isomorfismo ilustrado pela teoria institucional. Para atender ao objetivo proposto foram analisados os relatórios anuais de Gestão/Administração e de Sustentabilidade de três empresas privadas e de três cooperativas nos anos de 2014, 2015 e 2016, sendo selecionadas todas as frases com menção a fatos ambientais, os quais foram classificados em 8 categorias adaptadas da NBCT 15. Os resultados indicam que, embora exista uma aproximação de quantidade de informações de cunho ambiental divulgadas, as cooperativas ainda não possuem um processo isomórfico bem desenvolvido, ou seja, divulgações em certas categorias apresentam isomorfismo, enquanto em outras não, assim, de uma forma geral esse processo de isomorfismo não pôde ser confirmado por esta pesquisa. Vale ressaltar que, analisando as empresas separadamente, umas das cooperativas analisadas apresenta uma tendência maior a buscar semelhança nas divulgações de informações ambientais às divulgações de empresas privadas maiores, sugerindo que nessa empresa o esforço na busca de isomorfismo é maior do que às demais cooperativas analisadas.

Palavras-chave: TEORIA INSTITUCIONAL; ISOMORFISMO; DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA; INFORMAÇÕES AMBIENTAIS.

Linha Temática: Balanço Social.

1 INTRODUÇÃO

Diante da competitividade existente entre as organizações no mundo dos negócios, as empresas passaram a sentir a necessidade da adoção de certas estratégias com vistas a manterem-se operantes. A evidenciação de informações de caráter voluntário pode ser compreendida como uma estratégia das empresas de buscar uma aceitação social por meio do compartilhamento com a sociedade, de informações acerca das questões ambientais envolvidas no desenvolvimento de suas atividades.

É crescente a dedicação de estudiosos em compreender as razões que movem as empresas a evidenciarem voluntariamente informações de cunho social e ambiental (Dias Filho & Moura, 2013). Estudos como os de Rover *et al.* (2012), Fernandes (2013) e Burgwal e Vieira (2014), são exemplos de pesquisas que voltaram o seu foco para essa finalidade.

Diferentes perspectivas teóricas podem servir como suporte para a compreensão da evidenciação de informações ambientais realizada pelas organizações. A Teoria Institucional configura-se como uma interessante ótica que pode auxiliar no processo de investigação das finalidades da divulgação desse tipo de informações (Almeida & Callado, 2017). Uma das abordagens da Teoria Institucional, bastante utilizada para compreensão desse fenômeno, é a do isomorfismo institucional.

As organizações que atuam no mesmo ramo de negócios, embora díspares por características individuais, devido a fatores externos como a concorrência, tendem a buscar assemelhar-se entre si. Esse processo é denominado de isomorfismo institucional (DiMaggio & Powell, 1983). O isomorfismo institucional pode ser responsável por garantir o sucesso e a sobrevivência das organizações (Meyer & Rowan, 1977) e pode se apresentar de três maneiras: isomorfismo coercitivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo (DiMaggio e Powell, 1983).

Abrangendo essa temática, existe na literatura estudos que foram realizados objetivando compreender a evidenciação de informações sociais e ambientais das empresas por meio de aspectos relacionados a Teoria Institucional através dos preceitos do isomorfismo institucional, estudos estes como o de Almeida e Callado (2017), Villiers, Low e Samkin (2014), e Dias Filho e Moura (2013) que contribuem para a concepção de um cenário científico ainda pouco desenvolvido. Resultados dessas pesquisas evidenciam, a exemplo de Dias Filho e Moura (2013) a possível existência de isomorfismo em relação às divulgações de caráter social e ambiental pelas instituições financeiras menores em relação às de maior porte. De maneira semelhante, Villiers, Low e Samkin (2014) concluem que as pequenas empresas mineiras estudadas possuem uma quantidade similar de informações ambientais divulgadas quando comparadas a grandes mineradoras, corroborando com os pressupostos do isomorfismo. Almeida e Callado (2017) constataram a existência de características isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais de empresas pertencentes ao setor de energia elétrica.

Da mesma maneira que as demais entidades empresariais, apesar de suas peculiaridades, as organizações denominadas sociedades cooperativas também enfrentam desafios para manterem-se competitivas frente à pressão existente por parte da sociedade.

As sociedades cooperativas constituem-se em um tipo de organização que possui características singulares em relação as demais organizações. Por meio das suas especificidades elas agem como estimuladoras da geração de empregos e redução da pobreza, e ainda são capazes de contribuir para a promoção da integração social (Marques, 2015). Embora a finalidade dessas organizações também seja o resultado econômico, elas buscam,



em sua essência, o fazer de maneira diferenciada, primando pela qualidade de vida e desenvolvimento da sociedade (Gawlak & Ratzke, 2007).

As cooperativas, embora se assemelhem em vários aspectos com outros tipos de empresas, possuem algumas especificidades e divergem daquelas entre outras características, na sua finalidade. A finalidade da cooperativa pode ser definida como colocar no mercado produtos e serviços dos cooperados em melhores condições do que eles teriam isoladamente (SEBRAE, 2014). Cooperação, nessa perspectiva, significa a prestação de auxílio para um fim comum. Do ponto de vista sociológico, a cooperação pode ser entendida como ações conjugadas, nas quais as pessoas se unem para alcançar o mesmo objetivo (Pinho, 1966).

Nota-se a escassez de estudos brasileiros que se utilizam da ótica da Teoria Institucional, mais especificamente do isomorfismo, conceituado através desta Teoria, para a compreensão da evidência voluntária de informações ambientais das organizações. Essa escassez de estudos é ainda mais acentuada, quando relacionada ao entendimento, através desta perspectiva teórica, das evidências voluntárias das sociedades cooperativas.

Com o intuito de auxiliar a suprir esta lacuna, este estudo é orientado pela seguinte questão de pesquisa: **Quais informações ambientais evidenciadas pelas cooperativas agroindustriais apresentam características isomórficas em relação às evidenciadas pelas empresas privadas?** O objetivo da pesquisa constitui-se em identificar quais informações ambientais evidenciadas de forma voluntária pelas cooperativas agroindustriais apresentam características isomórficas em relação às informações evidenciadas pelas empresas agroindustriais privadas de grande porte, tendo como ótica para tal observação o isomorfismo ilustrado pela teoria institucional.

Levando em conta às singularidades das cooperativas em relação às demais entidades empresariais, o envolvimento dessas organizações neste estudo justifica-se em razão da necessidade de identificar as características da evidência de informações ambientais voluntárias desse tipo de organização, de modo a compreender o seu comportamento, ou seja, se como às demais organizações, também se utilizam dos artifícios da divulgação para buscar similaridade ou homogeneidade em relação às demais empresas pertencentes ao mesmo campo.

A pesquisa está estruturada da seguinte maneira: após esta introdução, serão levantadas, através do referencial teórico, algumas questões fundamentais acerca da Teoria Institucional e isomorfismo, também em relação a aspectos da evidência voluntária de informações e alguns estudos anteriores cujos resultados podem servir como âncora para nortear o desenvolvimento deste estudo. Após essa fase, será tratada a questão da metodologia empregada na pesquisa, seguida pela etapa da análise e discussão dos resultados e, finalmente, as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria Institucional e o Isomorfismo

A institucionalização pode ser compreendida, de acordo com Meyer e Rowan (1977) como o processo em que as atuações sociais assumem um status de regra no pensamento e, conseqüentemente, na ação social. Sob essa ótica, as instituições criam formalizações que moldam as ações das organizações.

A abordagem da Teoria Institucional caracteriza-se como uma perspectiva teórica consolidada no estudo voltado a ambientes institucionais e dos efeitos que recaem sobre as estruturas e processos organizacionais. Essa perspectiva teórica compreende as ações em



Contabilidade e Perspectivas Futuras

Florianópolis, SC, Brasil
Centro de Eventos da UFSC
12 a 14 de agosto de 2018

âmbito organizacional como um processo resultante de pressões externas e internas que podem influenciar as organizações a buscarem processos semelhantes aos de outras (Callado, Callado & Almeida, 2014). Uma organização pertencente a um campo recém estabelecido apresenta diferenças consideráveis das demais organizações desse mesmo campo, porém, quando ele se estabelece, essa situação é modificada (Meyer & Rowan, 1977). As organizações inseridas em um mesmo campo são expostas ao mesmo conjunto de forças ou pressões. Essa situação faz com que as organizações exerçam influências umas sobre as outras, gerando um cenário de homogeneidade entre elas (Parente et al., 2014).

Devido a tendência apresentada pelas organizações de tornarem-se homogêneas, é de fundamental importância a tentativa de buscar compreender essa a homogeneidade entre as organizações, diferentemente de outras teorias organizacionais que têm o foco para a variação. Para explicar esse processo de homogeneização a melhor maneira para a explicação é através do conceito de isomorfismo (DiMaggio & Powell, 1983).

Nesse sentido, DiMaggio e Powell (1983) identificaram três mecanismos pelos quais podem ser explicadas as mudanças isomórficas institucionais, sendo eles: Isomorfismo coercitivo; Isomorfismo mimético e Isomorfismo normativo.

O isomorfismo coercitivo é resultante de pressões sobre a organização advinda de outras organizações das quais a primeira depende e também de expectativas culturais da sociedade onde a organização está inserida. O isomorfismo mimético é influenciado por situações em que as organizações se encontram em um cenário de incerteza. Em resposta a essa situação de incerteza elas tendem a tomar outra como modelo. Essas organizações-modelo geralmente são percebidas como mais legítimas ou melhor sucedidas. O isomorfismo normativo é derivado, principalmente da profissionalização (DiMaggio & Powell, 1983). De acordo com Kelm et al. (2014), o isomorfismo normativo é desencadeado pelo compartilhamento e especialização de um conjunto de rotinas ou normas de trabalho.

Outras reflexões são necessárias para a compreensão do isomorfismo institucional. Com o passar do tempo pôde-se observar que as organizações não evoluíam ou se modificavam em virtude somente de pressões de grupos internos, mas também recebiam certas pressões de valores da sociedade externa, considerando que o ambiente institucional é dirigido por demandas culturais e sociais. Nesse sentido, algumas organizações passaram a aderir a essas demandas para receber apoio social em forma de legitimidade, aumentando a sua capacidade de sobrevivência frente à ambientes incertos (Aguar, 2007).

As organizações são pressionadas a incorporar práticas e procedimentos institucionalizados na sociedade, assim, as organizações que adotam essas práticas e procedimentos aumentam sua legitimidade e, conseqüentemente, sua perspectiva de sobrevivência (Meyer & Rowan, 1977). De acordo com a evolução das normas sociais, aumenta também a pressão exercida sobre as empresas que, como resposta, desenvolvem novos campos, como a divulgação de informações sociais e ambientais. Esse novo campo é desenvolvido, amadurecido e passa a ser amplamente aceito, despertando a criação de regulação ou aumento da pressão por parte dos interessados. Nesse contexto, a medida que novos campos, bem como suas regras e estruturas são aceitas, elas são incorporadas ao sistema formal (Villiers, Low & Samkin, 2014).

Nesse contexto, o isomorfismo institucional pode ser compreendido como sendo esse processo de busca a adoção de ações semelhantes às das outras organizações, que possuem sua atuação com base em estruturas institucionalizadas em seu campo de atuação. Na sequência, apresenta-se alguns pontos importantes da evidenciação voluntária de informações ambientais, de forma a apresentar uma interligação com os aspectos apresentados acerca da Teoria Institucional e do isomorfismo.



2.2 Evidenciação voluntária de informações ambientais

A divulgação de informações efetuada pelas organizações abrange tanto a evidenciação de informações compulsórias, aquelas exigidas legalmente, como a veiculação de informações voluntárias, ou seja, aquelas que as empresas optam em divulgar mesmo sem exigências legais para tal. A abordagem deste estudo volta-se à divulgação ou evidenciação voluntária realizada pelas organizações, levando em conta que, de acordo com Rover et al. (2012) a publicação de informações ambientais pelas empresas no Brasil não é obrigatória.

Mesmo sem a obrigatoriedade de divulgação dessas informações existem algumas orientações para tal, como é o caso da Resolução n.1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15, que estabelece os procedimentos para divulgação de informações de natureza social e ambiental, destacando que o objetivo da evidenciação dessas informações é demonstrar para a sociedade a responsabilidade social da entidade.

A preocupação da sociedade em relação ao impacto ambiental causado pelas empresas tem aumentado nas últimas décadas. Essa conscientização ambiental por parte da sociedade é responsável pelo crescimento da demanda de divulgação de práticas ambientais pelas organizações (Burgwal & Vieira, 2014).

Tendo o entendimento de que as organizações que ocupam posição similar em um campo tendem a adotar regras e estruturas similares, Villiers, Low e Samkin (2014) destacam que a divulgação voluntária de informações sociais e ambientais pode ser considerada como regras e estruturas que as empresas adotam como resposta às pressões exercidas pela sociedade. Dessa maneira, a pressão das partes interessadas em conjunto com a aceitação crescente de estruturas de divulgação, como a GRI, incentiva as empresas a realizarem a divulgação voluntária de informações acerca de questões socioambientais.

A quantidade e as características das divulgações são indícios da importância atribuída pelos gestores às questões sociais e ambientais frente às pressões das partes interessadas. As grandes empresas são mais suscetíveis a sofrer pressão para divulgar informações de sustentabilidade. Isso ocorre pelo motivo de terem maior visibilidade, dessa maneira, sofrem mais pressão para se manterem legítimas. Porém, se a divulgação de sustentabilidade chega a um patamar de maturidade e visão ampla de que é o certo a se fazer, torna-se esperado que todas as empresas divulguem quantidade semelhante de informações. Assim, se as empresas maiores divulgam mais informações que as menores, significa que a divulgação de sustentabilidade não atingiu uma visão concretizada de que tais divulgações devem ser realizadas (Villiers, Low & Samkin, 2014).

Algumas políticas de evidenciação voluntária na área contábil não são necessariamente veiculadas para a tomada de decisão, considerando que algumas divulgações são por pressões advindas do ambiente em que a organização está inserida (Moreira et al., 2014). Nesse sentido, o estudo de Moreira et al. (2014) identificou, dentre outras finalidades da divulgação voluntária, as preocupações com a imagem da empresa.

2.3 Estudos anteriores

Diante dos conceitos trazido acerca da Teoria Institucional e Isomorfismo, bem como da evidenciação voluntária de informações ambientais efetuada pelas organizações, torna-se interessante a apresentação dos resultados de estudos anteriores dessa linha para auxiliar no



delineamento do estudo. Nessa perspectiva, Almeida e Callado (2017) buscaram identificar a existência de características isomórficas através da divulgação de indicadores ambientais e sociais de empresas pertencentes ao setor de energia elétrica e constataram a existência de características isomórficas nas divulgações efetuadas por essas organizações, visto que houve um aumento de 82% na adesão voluntária ao padrão estabelecido pelo relatório de sustentabilidade da GRI.

Parente et al. (2014), buscaram identificar a ocorrência de isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade nos relatórios da GRI das empresas do setor de energia elétrica e seus resultados demonstraram que essas empresas adotam práticas isomórficas na divulgação sobre sustentabilidade, em todas as dimensões, econômica, social e ambiental.

O estudo de Villiers, Low e Samkin (2014) objetivou comparar as divulgações sociais e ambientais de empresas mineradoras sul-africanas maiores em relação a empresas menores do mesmo ramo através da ótica do isomorfismo normativo, preconizado pela Teoria Institucional, como forma de explicar a semelhança entre as divulgações. A hipótese esperada tratava-se de que as empresas maiores, devido a sua visibilidade, evidenciassem um maior número de informações dessa natureza. O que foi constatado é que essa diferença existe em relação as divulgações sociais, porém não existe nas divulgações ambientais, ou seja, as pequenas empresas mineiras possuem uma quantidade similar de informações ambientais divulgadas.

Sampaio et al. (2012) em estudo semelhante, buscaram identificar se existe isomorfismo em relação às informações divulgadas entre os relatórios anuais e de sustentabilidade de empresas mineradoras brasileiras e identificaram que, embora os resultados apontem para a existência de isomorfismo em relação a indicadores sociais, não foi identificado um processo isomórfico na divulgação de indicadores ambientais, tendo como parâmetro, as diretrizes do GRI. Os autores também observaram que houve um aumento no número de informações socioambientais divulgadas no decorrer dos anos analisados, reforçando os preceitos da Teoria da Legitimidade. Estes estudos abordados servem como base para reflexão de questões essenciais sobre os temas abordados nesta pesquisa. O próximo tópico trata-se da metodologia empregada na realização do estudo.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritiva, quanto aos procedimentos, como documental e quanto à abordagem do problema, como qualitativa. Quanto ao tratamento dos dados, à metodologia utilizada foi a análise de conteúdo dos Relatórios de Gestão/Administração e de Sustentabilidade das empresas selecionadas.

Com a finalidade de identificar quais informações ambientais evidenciadas de forma voluntária pelas cooperativas agroindustriais apresentam características isomórficas em relação às informações evidenciadas pelas empresas agroindustriais privadas de grande porte, inicialmente realizou-se uma pesquisa no ranking Melhores e Maiores, publicado pela revista Exame, das 500 maiores empresas do Brasil tendo como parâmetro a receita líquida aferida pelas empresas no ano de 2016. Com base nessa pesquisa, foram selecionadas para compor a amostra do estudo as 3 maiores empresas no ramo de bens de consumo, sendo elas: Cargill, BRF e Bunge. Essas 3 empresas atendem o requisito de poderem ser caracterizadas como agroindustriais, tendo em vista o enquadramento das suas principais atividades nessa categoria.

De maneira semelhante, também foram selecionadas as 3 cooperativas agroindustriais de maior representatividade no cenário nacional. Essa seleção ocorreu também com base no



ranking das Melhores e Maiores empresas do ano de 2016, porém no setor denominado produção agropecuária, que apesar da diferenciação na nomenclatura do setor, abrange as agroindustriais, objeto deste estudo. Dessa maneira, selecionou-se as quatro cooperativas melhor colocadas no ranking, sendo elas: Copersucar, Coamo, C. Vale e Lar. Eliminou-se da amostra a empresa Copersucar por esta ter atividade operacional diferente das demais, sendo voltada a produção apenas de açúcar e etanol, diferentemente das demais, com atividades mais diversificadas. Dessa maneira, por motivo de comparabilidade entre as organizações, optou-se por retirar a empresa Copersucar da amostra. A Tabela 1 apresenta as empresas componentes da amostra:

Tabela 1: Empresas da amostra

EMPRESA	SIGLA
Cargill, Inc.	CARGILL
BRF S.A.	BRF
Bunge Limited	BUNGE
Coamo Agroindustrial Cooperativa	COAMO
C. Vale Cooperativa Agroindustrial	C. VALE
Cooperativa Agroindustrial Lar	LAR

FONTE: Elaborado pelos autores

Foram coletados os Relatórios de Gestão/Administração e de Sustentabilidade dos exercícios de 2014, 2015 e 2016 disponíveis na página oficial na internet das empresas componentes da amostra. Com base nesses relatórios, selecionou-se todas as frases com menção a fatos ambientais, os quais foram classificados nas categorias expostas na Tabela 2, que foram adaptadas do item 15.2.4 da NBCT 15:

Tabela 2 - Informações evidenciadas em relação a interação com o Meio Ambiente

INFORMAÇÕES EVIDENCIADAS
Ações voltadas à manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
Ações para preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
Ações relativas a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
Ações relativas a educação ambiental para a comunidade;
Ações relacionadas a outros projetos ambientais;
Existência de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
Ocorrência de multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
Existência de passivos e contingências ambientais.

FONTE: Adaptado da NBCT 15

Com base nessas categorias, o procedimento adotado será a comparação do número de informações divulgadas pelas cooperativas e pelas empresas privadas classificando-as nestas categorias, a fim de observar a o número de informações divulgadas por essas empresas em cada uma delas para identificar a existência ou não de isomorfismo nas divulgações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da análise dos relatórios de Gestão/Administração e de Sustentabilidade das 6 empresas componentes da amostra, chegou-se a um total de 250 sentenças que se referiam a



questões ambientais, sendo que algumas delas foram enquadradas em mais de uma das categorias propostas pela NBCT 15, por conterem conteúdo associado também a outras categorias, dessa forma, o total de informações de cunho ambiental divulgadas foi de 271, de acordo com o que é apresentado pela Tabela 3:

Tabela 3 – Total de informações divulgadas

EMPRESA	2014	2015	2016	TOTAL
BUNGE	18	15	13	46
CARGILL	16	16	16	48
BRF	19	23	30	72
TOTAL EMPRESAS PRIVADAS				166
LAR	14	8	9	31
COAMO	6	6	11	23
C. VALE	20	14	17	51
TOTAL COOPERATIVAS				105

FONTE: Dados da pesquisa

Nota-se que as empresas privadas (Bunge, Cargill e BRF) obtiveram um número maior de divulgações em todos os anos analisados quando considera-se o total agregado, em relação às divulgações efetuadas pelas cooperativas, porém a Cooperativa C. Vale apresentou um número maior de divulgações do que duas das empresas privadas, obtendo um número inferior de informações divulgadas apenas em relação a empresa BRF. Convém também destacar que a BRF foi a empresa com a maior divulgação individual entre todas as 6 empresas analisadas e o número de informações divulgadas foi crescente no decorrer dos três anos analisados.

Para a análise da forma que se deu essas divulgações, segregou-se as informações divulgadas em 8 categorias adaptadas da NBCT 15. Estas categorias serão analisadas separadamente a fim de permitir que se tenha uma visão mais ampla das informações enquadradas em cada uma. A primeira categoria trata de ações voltadas à manutenção dos processos operacionais das empresas para a melhoria do meio ambiente. A quantidade de informações enquadradas nessa categoria está demonstrada na Tabela 4:

Tabela 4 - Ações voltadas à manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente

EMPRESA	2014	2015	2016	TOTAL
BUNGE	8	4	4	16
CARGILL	3	7	5	15
BRF	6	9	10	25
TOTAL EMPRESAS PRIVADAS				56
LAR	7	2	4	13
COAMO	4	3	6	13
C. VALE	10	7	8	25
TOTAL COOPERATIVAS				51

FONTE: Dados da pesquisa

Com base nos dados da Tabela 4, pode-se observar um número semelhante de informações divulgadas entre as empresas privadas e cooperativas, demonstrando que, de uma forma geral, as cooperativas apresentam isomorfismo em relação às empresas privadas



quando analisadas as informações divulgadas acerca de ações realizadas pela empresa, voltadas a manutenção nos seus processos operacionais com a finalidade de melhoria do meio ambiente. Destaca-se ainda que as empresas que mais evidenciaram em relação a esse aspecto foram a BRF e a C. Vale, uma empresa privada e uma cooperativa, ambas com 25 informações divulgadas. Novamente, a única organização que apresentou um número crescente de divulgação em todo o período analisado foi a BRF.

Um exemplo de informação divulgada nessa categoria pode ser demonstrado através do parágrafo retirado do Relatório Anual de Sustentabilidade da BRF: “A BRF implanta projetos com esse foco nos processos produtivos e, combinando-os ao aumento de eficiência ambiental, ganha em vários aspectos – da redução de custos ao controle de impactos sobre corpos hídricos” (BRF, 2014, p. 91). Este trecho deixa evidente que a empresa ao implantar novos processos produtivos busca fazê-lo de forma combinada ao controle dos impactos dessa produção sobre o meio ambiente.

A segunda categoria adaptada da NBCT 15, que serviu para análise das informações divulgadas pelas empresas foram as ações para preservação do meio ambiente ou para recuperação de ambientes degradados. A Tabela 5 apresenta quantidade de informações enquadradas nesta categoria:

Tabela 5 - Ações para preservação e/ou recuperação de ambientes degradados

EMPRESA	2014	2015	2016	TOTAL
BUNGE	2	2	1	5
CARGILL	2	2	4	8
BRF	4	3	3	10
TOTAL EMPRESAS PRIVADAS				23
LAR	1	3	4	8
COAMO	0	1	1	2
C. VALE	3	2	3	8
TOTAL COOPERATIVAS				18

FONTE: Dados da pesquisa

Embora a quantidade de informações divulgadas pelas empresas privadas tenha sido um pouco maior que das cooperativas, a diferença é bastante pequena, podendo-se inferir que quanto a essa categoria também existe um processo isomórfico das cooperativas em relação às outras empresas no que tange às informações relativas ao meio ambiente evidenciadas voluntariamente. A BRF novamente teve o maior número de registros em comparação com as demais empresas estudadas, seguida das cooperativas Lar e C. Vale e da empresa Cargill.

Para demonstrar que tipo de informações foram consideradas nesta segunda categoria, toma-se como um exemplo o trecho retirado do Relatório Anual da Cooperativa Lar: “Recuperação de 13 nascentes e plantio de 4.500 mudas de árvores nativas (Área de reflorestamento em frente a Unidade Industrial de Aves)” (Lar, 2015, p.10). Através dessa informação, a Lar evidencia algumas atitudes que toma com a finalidade de recuperar ambientes degradados pela sua atividade produtiva.

A terceira categoria analisada trata-se de ações relacionadas educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade. As ocorrências desta categoria estão elencadas na Tabela 6:

Tabela 6 - Ações relativas a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade

EMPRESA	2014	2015	2016	TOTAL
BUNGE	2	3	2	7
CARGILL	2	2	2	6
BRF	4	3	5	12
TOTAL EMPRESAS PRIVADAS				25
LAR	2	0	0	2
COAMO	1	0	0	1
C. VALE	1	2	3	6
TOTAL COOPERATIVAS				9

FONTE: Dados da pesquisa

Esta categoria apresentou uma diferença significativa entre a quantidade de informações evidenciadas pelas cooperativas e pelas demais empresas. Essa grande diferença sugere a não existência de processo isomórfico nessa categoria de divulgação. Nessa categoria foram consideradas informações como: “[...] engajar nossos colaboradores em esforços de sustentabilidade relacionados ao meio ambiente e proporcionar treinamentos para aperfeiçoar as práticas de gestão ambiental” (Bunge, 2016, p. 17). Através de informações dessa natureza fica evidente a preocupação da Bunge em implementar ações voltadas ao treinamento de seus empregados para melhorar as práticas relativas ao meio ambiente na organização.

Outra categoria adaptada da NBCT 15 para servir de base para análise das divulgações de informações de cunho ambiental pelas empresas diz respeito a ações relativas a educação ambiental para a comunidade. As ocorrências dessa categoria estão ilustradas pela Tabela 7:

Tabela 7 - Ações relativas a educação ambiental para a comunidade

EMPRESA	2014	2015	2016	TOTAL
BUNGE	4	2	3	9
CARGILL	6	3	2	11
BRF	2	3	5	10
TOTAL EMPRESAS PRIVADAS				30
LAR	3	1	1	5
COAMO	1	2	1	4
C. VALE	6	3	3	12
TOTAL COOPERATIVAS				21

FONTE: Dados da pesquisa

Analisando as informações da Tabela 7, verifica-se que, mais uma vez, o número de informações divulgadas enquadradas na categoria são em maior número efetuadas pelas empresas privadas, porém, observando os números individualmente, a cooperativa C. Vale foi a organização com o maior número de informações divulgadas. Tal situação evidencia em relação a categoria ações relativas a educação ambiental para a comunidade a C. Vale possui um processo isomórfico de evidenciação em relação às empresas privadas, diferentemente das demais cooperativas. Para destacar o tipo de informações enquadradas nesta categoria, destaca-se o trecho divulgado pela C. Vale “A cooperativa estimula a recuperação de matas ciliares para a conservação de nascentes fornecendo mudas e assistência técnica aos



associados.” (C. Vale, 2015, p. 43). Dessa forma, a cooperativa demonstra que adota ações externas, junto a comunidade, para a melhoria do meio ambiente em que atua.

A quinta categoria analisada diz respeito a ações relacionadas a outros projetos ambientais. A Tabela 8 ilustra as ocorrências da divulgação de informações enquadradas nesta categoria:

Tabela 8 - Ações relacionadas a outros projetos ambientais

EMPRESA	2014	2015	2016	TOTAL
BUNGE	2	4	3	9
CARGILL	3	2	3	8
BRF	3	5	7	15
TOTAL EMPRESAS PRIVADAS				32
LAR	1	2	0	3
COAMO	0	0	3	3
C. VALE	0	0	0	0
TOTAL COOPERATIVAS				6

FONTE: Dados da pesquisa

Com base nos dados da Tabela 8, nota-se a grande disparidade entre o número de informações divulgadas pelas empresas privadas e pelas cooperativas na categoria em análise. Tal fato demonstra a não existência de isomorfismo na divulgação de informações dessa natureza por parte das cooperativas em relação às demais organizações.

Cita-se como exemplos de informações classificadas na categoria a divulgação no Relatório de Sustentabilidade da Coamo: “A Coamo incentiva a boa prática agrícola com ênfase na conservação de solo e águas” (Coamo, 2016, p. 35) e a informação divulgada pela Cargill em seu Relatório Anual de Sustentabilidade: “[...] Dentre os projetos apoiados, destacam-se os Programas Cacau Mais Sustentável e Soja mais Sustentável [...]” (Cargill, 2014, p. 26).

Outras três categorias foram adaptadas da NBCT 15 para análise das informações divulgadas pelas empresas, porém, em nenhuma das organizações analisadas houve ocorrência de divulgações com informações passíveis de serem classificadas em tais categorias. São elas: Existência de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; Ocorrência de multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e, existência de passivos e contingências ambientais.

5 CONCLUSÕES

Este estudo teve por objetivo identificar quais informações ambientais evidenciadas de forma voluntária pelas cooperativas agroindustriais apresentam características isomórficas em relação às informações evidenciadas pelas empresas agroindustriais privadas de grande porte, utilizando-se para tanto da ótica do isomorfismo ilustrado pela teoria institucional. Para atender ao objetivo proposto foram analisados os relatórios anuais de Gestão/Administração e de Sustentabilidade de três empresas privadas e de três cooperativas nos anos de 2014, 2015 e 2016.



Observou-se uma disparidade entre o total de informações divulgadas, levando em conta que as empresas privadas divulgaram, em todo o período analisado, 166 informações de cunho ambiental, enquanto as cooperativas divulgaram um total de 105 informações. Ressalta-se que, analisando os totais por empresa, a C.Vale foi a segunda empresa com maior número de informações divulgadas, ficando atrás somente da BRF, com 72 informações divulgadas. Tal fato torna evidente que esta organização, de maneira mais intensa que as demais, está buscando alinhar a divulgação de informações ambientais às empresas privadas maiores, caracterizando a existência de processo isomórfico por esta organização.

Em relação às categorias analisadas, identificou-se que as cooperativas tendem a apresentar isomorfismo na divulgação de informações referente a duas categorias analisadas: ações voltadas à manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e ações para preservação e/ou recuperação de ambientes degradados.

Diferentemente, em três categorias a existência de processo isomórfico por parte das cooperativas não pode ser confirmado, é o caso de ações relativas a educação ambiental para empregados, ações relacionadas a outros projetos ambientais e ações relativas a educação ambiental para a comunidade. Mesmo não constatando a presença de isomorfismo considerando o conjunto das cooperativas, destaca-se que na categoria ações relativas a educação ambiental para a comunidade, a cooperativa C. Vale foi a organização com o maior número de informações divulgadas. Essa situação evidencia que a C. Vale possui um processo isomórfico de evidenciação em relação às empresas privadas nesta categoria, diferentemente das demais cooperativas analisadas.

Outras três categorias foram serviram como objeto de análise das informações divulgadas pelas empresas: Existência de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; Ocorrência de multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; e, existência de passivos e contingências ambientais. Porém em nenhuma das organizações analisadas houve ocorrência de divulgações com informações passíveis de serem classificadas nessas categorias.

Os resultados encontrados permitem concluir que, embora mostrem uma aproximação de quantidade de informações de cunho ambiental divulgadas, as cooperativas ainda não possuem um processo isomórfico bem desenvolvido, ou seja, divulgações em certas categorias apresentam isomorfismo, enquanto em outras não, assim, de uma forma geral esse processo de isomorfismo não pôde ser confirmado por esta pesquisa.

Assim, este trabalho contribui com a literatura acerca de isomorfismo institucional no sentido que aponta a não presença de isomorfismo institucional em relação às informações ambientais evidenciadas de forma voluntária pelas cooperativas agroindustriais em comparação às divulgações efetuadas pelas empresas agroindustriais privadas de grande porte. Frisa-se aqui que uma das cooperativas entre as três analisadas possui uma tendência maior de isomorfismo em suas divulgações em relação às demais. Desse modo, indica-se a realização de outros trabalhos nessa mesma temática, que se utilizem de um número maior de empresas na amostra para confirmar os achados desta pesquisa, ou se utilizando de uma amostra longitudinal com maior amplitude.



REFERÊNCIAS

- Aguiar, A. C. (2007). Percepções de pesquisadores sobre atividades cooperativas de P&D: uma análise com base na Teoria Institucional. *RAC.*, 11(4), 59-86.
- Almeida, K. K. N. & Callado, A. L. C. (2017). Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da Teoria Institucional. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 222-239.
- BRF (2014). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <https://www.brf-global.com/pt/responsabilidade/relatorio-anual/2014/>.
- BRF (2015). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <https://www.brf-global.com/pt/responsabilidade/relatorio-anual/2015/>.
- BRF (2016). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <https://www.brf-global.com/pt/responsabilidade/relatorio-anual/2016/>.
- Bunge (2014). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2014/port/index.htm>.
- Bunge (2015). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2015/port/index.htm>.
- Bunge (2016). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2016/>.
- Burgwal, D. V., & Viera, R. J. O. (2014). Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. *R. Cont. Fin. – USP*. 25(64), 60-78.
- Callado, A. A. C., Callado, A. L. C., & Almeida, M. A. (2014). Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do Porto Digital a partir da Teoria Institucional. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. 4(1), 204-217.
- Cargill (2014). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relatórios/2014/.
- Cargill (2015). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relatórios/2015/.
- Cargill (2016). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: https://www.cargill.com.br/pt_BR/relatórios/2016/.
- Coamo (2014). *Relatório da Gestão*. Disponível: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2014>.
- Coamo (2015). *Relatório da Gestão*. Disponível: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2015>.
- Coamo (2016). *Relatório da Gestão*. Disponível: <http://www.coamo.com.br/contabeis/2016>.
- Coamo (2013). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <http://www.coamo.com.br/relatorio/sustentabilidade/2013/>.
- C. Vale (2014). *Balanco Socioambiental*. Disponível: <http://www.cvale.com.br/balancoambiental/2014>.



C. Vale (2015). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <http://www.cvale.com.br/balancoambiental/2015>.

C. Vale (2016). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível: <http://www.cvale.com.br/balancoambiental/2016>.

C. Vale (2014). *Relatório da Administração*. Disponível: <http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2014/relatorio/index.html>.

C. Vale (2015). *Relatório da Administração*. Disponível: <http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2015/relatorio/index.html>.

C. Vale (2016). *Relatório da Administração*. Disponível: <http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2016/relatorio/index.html>.

Dias Filho, J. M., & Moura, F. V. (2013). Evidenciações de informações sociais em seis bancos brasileiros: uma análise à luz da Teoria Institucional. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 06-21.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48, 147–160.

Fernandes, S. M. (2013). Fatores que influenciam o disclosure ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), 250-267.

Gawlak, A., & Ratzke, F. A. (2007). *Cooperativismo primeiras lições* (3a ed.). Brasília.

Kelm, M. L., Renz, C. L. S., Allebrandt, S. L., Sausen, J. O. (2014). Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da Teoria Institucional. *Cadernos EBAPE.BR*. Ed. especial, 401-415.

Lar (2014). *Relatório e Balanço*. Disponível: <http://www.lar.ind.br/v4/online/balanco/2014/index.php>.

Lar (2015). *Relatório e Balanço*. Disponível: <http://www.lar.ind.br/v4/online/balanco/2015/index.php>.

Lar (2016). *Relatório e Balanço*. Disponível: <http://www.lar.ind.br/v4/online/balanco/2016/index.php>.

Marques, C. P. P. S. (2015). *Cultura e desempenho nas organizações de economia social: um estudo em cooperativas*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, Vila do Conde, Brasil.

Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal Sociology*, 83(2).

Moreira, N. B., Dias Filho, J. M., Gomes, S. M. S., & Conceição, M. G. (2014). Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos gestores. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 4(1), 62-82.

Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 15 (2014). *Informações de Natureza Social e Ambiental, Resolução CFC nº 1.003/04*.



Parente, P. H. N., Mota, A. F., Cabral, A. C. A.; Santos, S. M., & Brandão, I. F. (2014). Teoria Institucional e disclosure de sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. *RACE*. 14(3), 889-918.

Pinho, D. B. (1966). *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Pioneira.

Rover, S., Tomazzia, E. C.; Murcia, F. D., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *R. Adm.*, 47(2), 217-230.

Sampaio, M. S., Gomes, S. M. S., Bruni, A. L., & Dias Filho, J. M. (2012). Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 105-122.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2014). *Série Empreendimentos Coletivos: Cooperativa*.

Villiers, C., & Alexander, D. (2014). The institutionalisation of corporate social responsibility reporting. *The British Accounting Review*, 46, 198-212.

Villiers, C., Low, M., & Samkin, G. (2014). The institutionalisation of mining company sustainability disclosures. *Journal of Cleaner Production*, 84, 51-58.